

Serviço de Licenciamento Ambiental

INFOVIAS 05 - Terrestre

RFP – Request for Proposal Contrato de Prestação de Serviço Processo EAF_26_034

1. CONTEXTO

1.1. A Associação Administradora da Faixa de 3,5 GHz (“EAF”) é uma organização sem fins lucrativos, constituída conjuntamente pela Telefônica Brasil S.A., Claro S.A. e TIM S.A em fevereiro de 2022, para fins do cumprimento das obrigações estabelecidas no Edital de Licitação nº 1/2021-SOR/SPR/CD-ANATEL de Radiofrequências na faixa de 3,5 GHz (“Edital”).

1.2. A EAF tem por objeto gerir os recursos a ela atribuídos, de modo a subsidiar e fazer com que sejam operacionalizadas de forma isonômica e não discriminatória, todas as obrigações a ela designadas nos termos do Edital para implementação da rede 5G no país.

1.3. Para maiores informações sobre a EAF, por gentileza acessar o nosso website: <https://EAF.org/infovias>.

1.4. O objeto do presente contrato tem por finalidade atender ao Projeto de implantação de uma rede de comunicações ópticas subaquática na Amazônia para atender objetivos do PAIS (Programa Amazônia Integrada e Sustentável), criado pelo Decreto no 10.800, de 17 de setembro de 2021, para fins da consecução de política pública definida pelo Ministério das Comunicações por meio da Portaria n.º 1.924/SEI-MCOM, de 29 de janeiro de 2021.

1.5. A parcela do Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS) sob responsabilidade da Contratante envolve a implantação de 06 (seis) infovias (02, 03, 04, 05, 06 e 08) - predominantemente subaquática - que tem a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na região Amazônica.

1.6. A EAF (Entidade Administradora da Faixa), doravante denominada EAF, convida vossa instituição de caráter jurídico, doravante denominada PROPONENTE, a apresentar proposta técnica/comercial para prestação dos serviços detalhados como segue neste documento (RFP).

1.7. Ao participar da RFP, a PROPONENTE declara estar ciente de que, não possui direito adquirido à contratação, sendo facultado à EAF o exercício da prerrogativa de suspender, interromper, invalidar ou revogar a RFP, mediante justificativa e prévia notificação da PROPONENTE.

1.8. Ao participar da RFP, a PROPONENTE declara estar ciente de que a inobservância de uma ou mais exigências nela previstas ensejará sua desclassificação.

1.9. Qualquer custo incorrido pela PROPONENTE para atender à presente RFP, com o envio da proposta, é de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma circunstância, nenhum tipo de ressarcimento ou reembolso pela EAF.

1.10. A entrega de propostas e documentos em atenção à presente RFP pressupõe que a Proponente tem pleno conhecimento do conteúdo desta RFP e que aceita, incondicionalmente,

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes/cabíveis.

2. CONFIDENCIALIDADE

2.1. A PROPONENTE convidada a apresentar suas propostas deverá tratar essa RFP e todas as informações relacionadas como particulares e estritamente confidenciais.

2.2. A cópia e/ou distribuição deste material deverá se restringir exclusivamente aos empregados, prepostos e/ou consultores da PROPONENTE, envolvidos com a elaboração das propostas. Não será permitida sua distribuição a terceiros que não os expressamente arrolados nesta RFP, no todo ou em partes.

2.3. Qualquer violação ao disposto nesta cláusula por parte da PROPONENTE importa em sua exclusão do processo de fornecimento, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

2.4. No processo de Solicitação de Proposta (RFP), a EAF pode ter a oportunidade de divulgar certas informações proprietárias e confidenciais. Tais informações devem incluir, mas não estão limitadas a informações orais, impressas e/ou em outras formas pertencentes à EAF e/ou seus Fornecedores.

2.5. A PROPONENTE concorda em manter a confidencialidade de todas as informações divulgadas como confidenciais e tomar todas as precauções apropriadas necessárias para manter a confidencialidade e segurança de tais informações.

2.6. A PROPONENTE concorda em não divulgar, de nenhuma maneira ou forma, nem duplicar, recriar, comunicar ou utilizar as referidas informações, exceto com o consentimento prévio por escrito da EAF.

2.7. A PROPONENTE concorda que todas as informações proprietárias e confidenciais fornecidas devem ser devolvidas à EAF imediatamente após a solicitação.

2.8. A PROPONENTE reconhece que pode não receber um contrato com base em sua resposta a esta RFP. O fato de a PROPONENTE não receber o contrato não a isenta da obrigação de manter a confidencialidade descrita nesta seção.

3. OBJETO

3.1. Esta Solicitação de Proposta (RFP – Request for Proposal) estabelece diretrizes para a seleção e contratação de pessoa jurídica com expertise técnica especializada na condução de

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

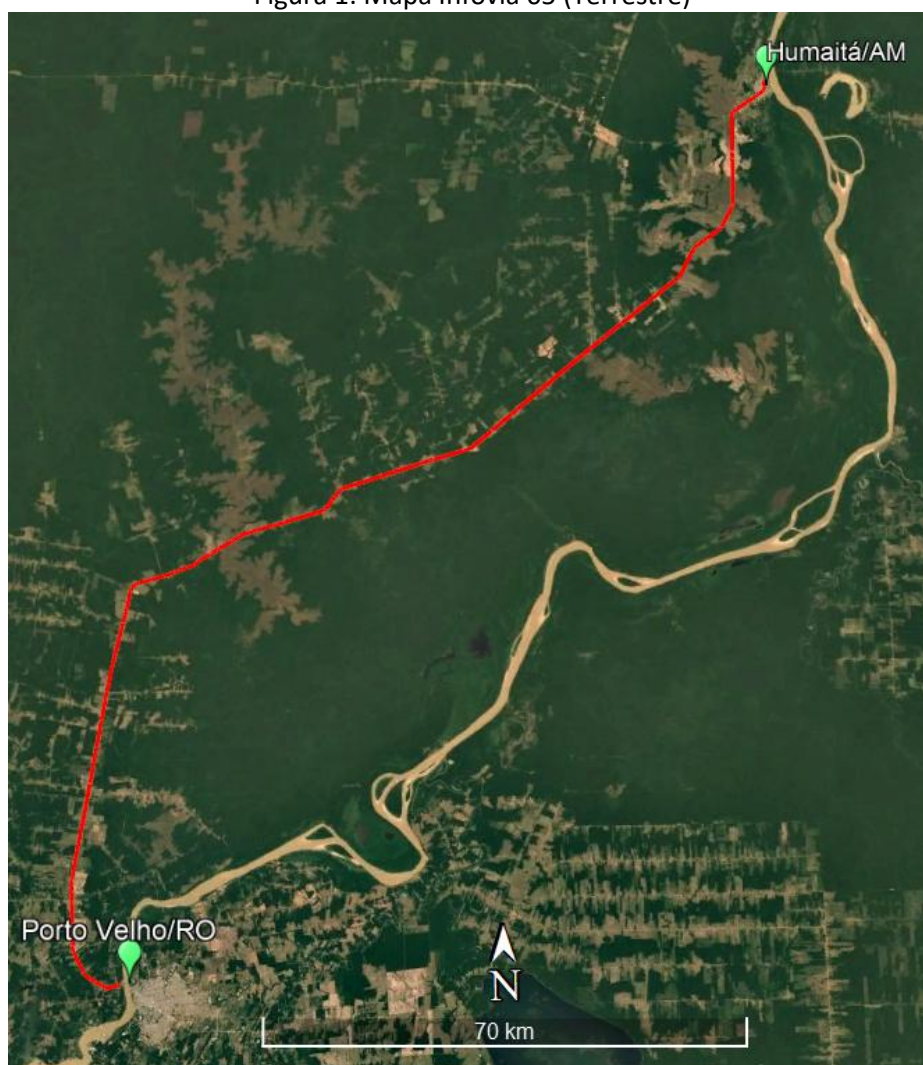
processos de Licenciamento Ambiental, incluindo no levantamento, coleta de dados e informações (primárias e/ou secundárias), análise de informações técnicas, institucionais e legais, elaboração e submissão de documentos, junto aos órgãos competentes, no âmbito do Licenciamento Ambiental, para que este seja deferido com a finalidade de viabilizar a implementação do projeto “Infovia 05 (Terrestre)”, situada nos Estados do Amazonas e Rondônia, visando atender as necessidades exigidas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

3.2. A presente RFP tem por objeto a contratação de empresa especializada para a elaboração, execução, submissão e acompanhamento dos estudos técnicos exigidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA como órgão licenciador, bem como pelos órgãos intervenientes que venham a ser instados no âmbito do processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento denominado Infovia 05 (Trecho Terrestre), localizado entre os municípios de Porto Velho/RO e Humaitá/AM, ao longo das rodovias BR-319 e BR-230 (Figura 01).

3.3. Os estudos técnicos e demais produtos a serem elaborados integram as condicionantes e exigências necessárias para a viabilização ambiental do empreendimento para o trecho terrestre.

3.4. A contratada deverá prestar suporte técnico contínuo, junto ao IBAMA e demais órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental do trecho terrestre da Infovia 05-terrestre, até a manifestação conclusiva do IBAMA, emissão da Licença de Operação – LO sem condicionantes pendentes de implementação e destinação adequada dos resíduos oriundos do empreendimento.

Figura 1. Mapa Infovia 05 (Terrestre)



4. OBJETIVOS

4.1. A prestação dos serviços a serem contratados tem como objetivo a condução integral do processo de licenciamento do empreendimento denominado Infovia 05 (Trecho Terrestre), incluindo a obtenção das Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO), junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e demais órgãos intervenientes.

4.2. Os serviços a serem contratados compreendem a elaboração dos estudos técnicos (necessários e obrigatórios), e seus respectivos produtos, que são exigidos no curso do processo administrativo de licenciamento ambiental para o trecho terrestre acima informado, incluindo levantamento e análise de dados, elaboração de relatórios técnicos, atendimento a diligências, apoio no relacionamento institucional e submissão de documentos aos órgãos competentes, especialmente do IBAMA e dos órgãos intervenientes.

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

4.3. A contratada deverá assegurar que todos os produtos elaborados sejam tecnicamente consistentes e suficientes para subsidiar a análise e manifestação dos órgãos competentes, especialmente do IBAMA e dos órgãos intervenientes, de forma a viabilizar a emissão das licenças ambientais requeridas.

4.4. As entregas do Serviço de Licenciamento Ambiental serão estruturadas em 5 (cinco) fases, conforme abaixo (Tabela 1):

Tabela 1: Fases das entregas

FASE	ENTREGA	PRAZO
1	Elaboração e protocolo do Estudo Ambiental Simplificado (EAS)	prazo de até 30 dias corridos a partir da emissão do Termo de Referência (TR)
2	Atendimento às condicionantes da Licença Prévia (LP)	prazo de até 10 dias corridos a partir de sua emissão
3	Atendimento às condicionantes da Licença de Instalação (LI)	prazo de até 10 dias corridos a partir de sua emissão
4	Implementação dos Programas Ambientais	conforme cronograma de implantação do empreendimento
5	Obtenção da Licença de Operação (LO)	prazo de até 30 dias corridos após a conclusão da implantação, mediante apresentação de relatório de execução dos programas ambientais

4.5. As entregas deverão atender integralmente às exigências legais e normativas aplicáveis, bem como às diretrizes estabelecidas pelo IBAMA e demais órgãos reguladores das esferas Federal, Estadual e Municipal. Ressalte-se que a manifestação conclusiva do IBAMA é parte indispensável do processo.

4.6. O prazo estimado para implantação do empreendimento Infovia 05 (Trecho Terrestre) é de 180 (cento e oitenta) dias corridos, compreendendo o período de outubro de 2026 a abril de 2027 (Tabela 2).

Tabela 2: Cronograma de Implantação Estimado

INFOVIA	IMPLANTAÇÃO	PERÍODO
Infovia 05 (trecho terrestre)	180 (cento e oitenta) dias corridos	Após a liberação da Licença de instalação

4.7. A proposta técnica e comercial apresentada deverá atender estritamente aos itens e subitens desta Solicitação de Proposta, bem como às recomendações e exigências legais e normativas vigentes.

4.8. A contratada deverá observar e adotar, além das exigências legais, as normas, diretrizes e boas práticas estabelecidas pela EAF.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

A proponente:

- 5.1. Após a assinatura do contrato, deverá ser realizada, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, reunião inicial (kick-off meeting), com a finalidade de promover o alinhamento geral das diretrizes, escopo dos serviços, demandas e apresentação da equipe técnica responsável. Na mesma oportunidade, deverá ser apresentado o Plano de Trabalho Detalhado, contendo, no mínimo, o memorial descritivo das atividades e o respectivo cronograma de execução.
- 5.2. A proponente será responsável pela elaboração de todos os estudos técnicos necessários e obrigatórios exigidos pelo órgão ambiental competente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental do empreendimento Infovia 05 (Trecho Terrestre), incluindo levantamentos, diagnósticos, relatórios técnicos e demais documentos requeridos pelo IBAMA e órgãos intervenientes.
- 5.3. A metodologia adotada para execução dos serviços deverá ser devidamente explicitada e conduzida por equipe técnica multidisciplinar, qualificada e legalmente habilitada, contemplando, quando aplicável, atividades de campo, tais como entrevistas, consultas e processos de escuta qualificada junto às comunidades e partes interessadas.
- 5.4. A proponente deverá designar um Gestor de Projetos responsável pelas tratativas administrativas e executivas, bem como um Coordenador Técnico que atuará como responsável técnico pelas atividades desenvolvidas, devendo ainda indicar profissional(is) com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) válida nos estados de execução do projeto.
- 5.5. A proponente deverá realizar reuniões periódicas de acompanhamento, com frequência mínima semanal, para reporte da evolução das atividades, registro de ocorrências e comunicação de eventuais desvios no planejamento, podendo a periodicidade ser ajustada mediante alinhamento com a EAF.
- 5.6. A proponente deverá disponibilizar todos os recursos necessários à execução dos serviços, incluindo equipe técnica, equipamentos, infraestrutura, logística, transporte, hospedagem, treinamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), sem ônus adicional à EAF.
- 5.7. A proponente deverá possuir corpo técnico apto a atender integralmente às exigências do órgão licenciador e dos órgãos intervenientes, sendo responsável pela elaboração de documentos, respostas a diligências, pareceres e eventuais revisões ou complementações solicitadas.

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

5.8. Caberá à proponente a condução de todas as tratativas junto ao IBAMA e demais órgãos intervenientes, incluindo acompanhamento processual, participação em reuniões (mediante alinhamento com a EAF) e atendimento integral às exigências, até a manifestação conclusiva e aprovação final dos estudos, bem como emissão da Licença de Operação e a implementação de suas condicionantes.

5.9. A proponente deverá prever, em sua proposta, todos os custos necessários ao cumprimento do objeto, incluindo despesas com logística, deslocamentos (aéreo, terrestre), hospedagem, produção de materiais e demais encargos, sendo de responsabilidade da EAF apenas o pagamento das taxas de emissão das licenças ambientais.

5.10. Estudo Ambiental Simplificado (EAS)

5.10.1. A proponente deverá elaborar o Estudo Ambiental Simplificado (EAS) em conformidade com o Termo de Referência emitido pelo órgão licenciador.

5.10.2. O EAS deverá ser elaborado por equipe multidisciplinar e protocolado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da emissão do Termo de Referência.

5.10.3. O conteúdo mínimo do EAS deverá contemplar:

- Identificação do empreendimento e responsáveis técnicos;
- Delimitação da área de influência e diagnóstico ambiental;
- Levantamento da legislação ambiental aplicável;
- Análise dos meios físico, biótico e socioeconômico;
- Avaliação integrada da qualidade ambiental;
- Identificação e avaliação dos impactos ambientais;
- Proposição de medidas mitigadoras, compensatórias e programas ambientais;
- Conclusão, referências, anexos e materiais cartográficos.

5.10.4. A proponente será responsável pelo protocolo, acompanhamento do processo e atendimento a todas as solicitações de complementação do órgão licenciador.

5.10.5. As informações técnicas do empreendimento serão disponibilizadas pela EAF, incluindo estudos existentes e documentos previamente elaborados.

5.10.6. A proponente não deverá se limitar as informações fornecidas nesta RFP.

5.10.7. Deverá efetuar todas as correções e solicitações exigidas pelo órgão licenciador.

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

5.10.8. Deverá elaborar todos os estudos e as documentações complementares necessárias à obtenção de anuência para as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO), junto aos órgãos intervenientes indicados pelo IBAMA, podendo incluir, conforme aplicável, instituições das esferas federal, estadual e municipal competentes para manifestação no processo de licenciamento ambiental (Figura 2):

- I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- II. Ministério da Saúde;
- III. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;
- IV. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA;
- V. Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI;
- VI. Órgãos estaduais e municipais.

Figura 2. Possíveis órgãos Intervenientes



5.11. Licença Prévia (LP)

5.11.1. A proponente deverá elaborar e protocolar o requerimento para obtenção da Licença Prévia (LP) para o trecho terrestre conforme mencionado na presente RFP, bem como acompanhar o processo junto ao órgão licenciador e intervenientes. Essa licença é concedida na fase preliminar do planejamento que aprova a localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelece requisitos básicos e condicionantes a serem atendidas para a emissão da licença de instalação;

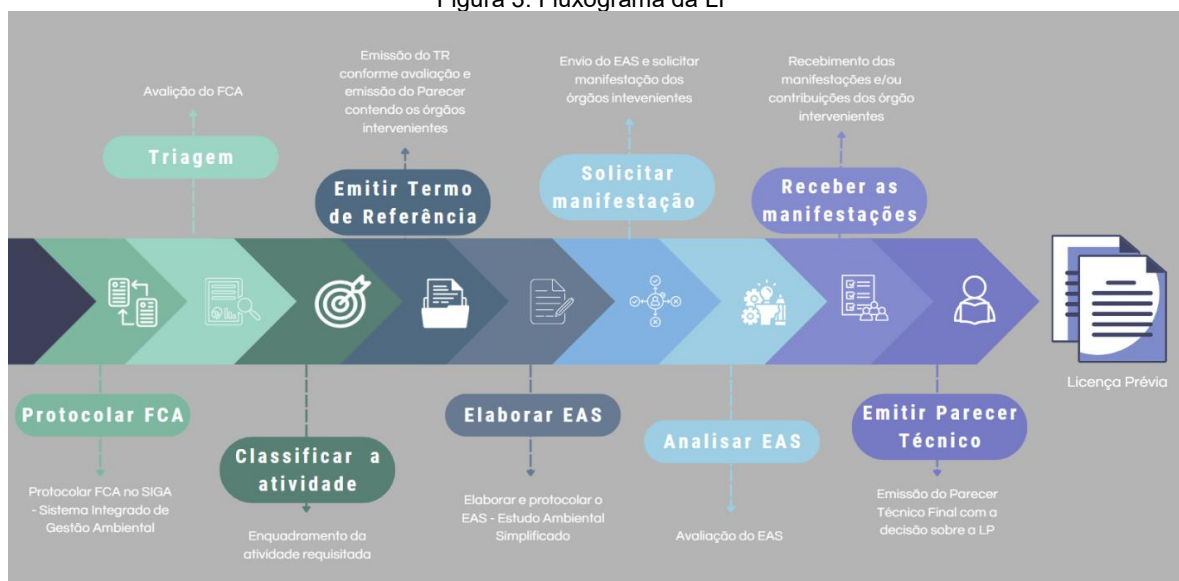
RFP – Request for Proposal Contrato de Prestação de Serviço Processo EAF_26_034

5.11.2. Deverá realizar o acompanhamento do processo junto ao órgão licenciador e intervenientes, assim como realizar reuniões com os mesmos caso haja necessidade de esclarecimentos.

5.11.3. Deverá atender integralmente às solicitações de esclarecimentos, correções e condicionantes estabelecidas, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a emissão da LP.

5.11.4. Deverá realizar a publicação do requerimento e da emissão da LP, conforme a legislação vigente, sendo os custos de sua responsabilidade.

Figura 3. Fluxograma da LP



5.12. Licença de Instalação (LI)

5.12.1. A proponente deverá elaborar e protocolar o requerimento para obtenção da Licença de Instalação (LI) para o trecho terrestre conforme mencionado na presente RFP, incluindo toda a documentação exigida.

5.12.2. Deverá acompanhar o processo, atender às diligências e cumprir as condicionantes estabelecidas no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a emissão da licença.

5.12.3. A publicação do requerimento e da LI será de responsabilidade da contratada, incluindo os respectivos custos.

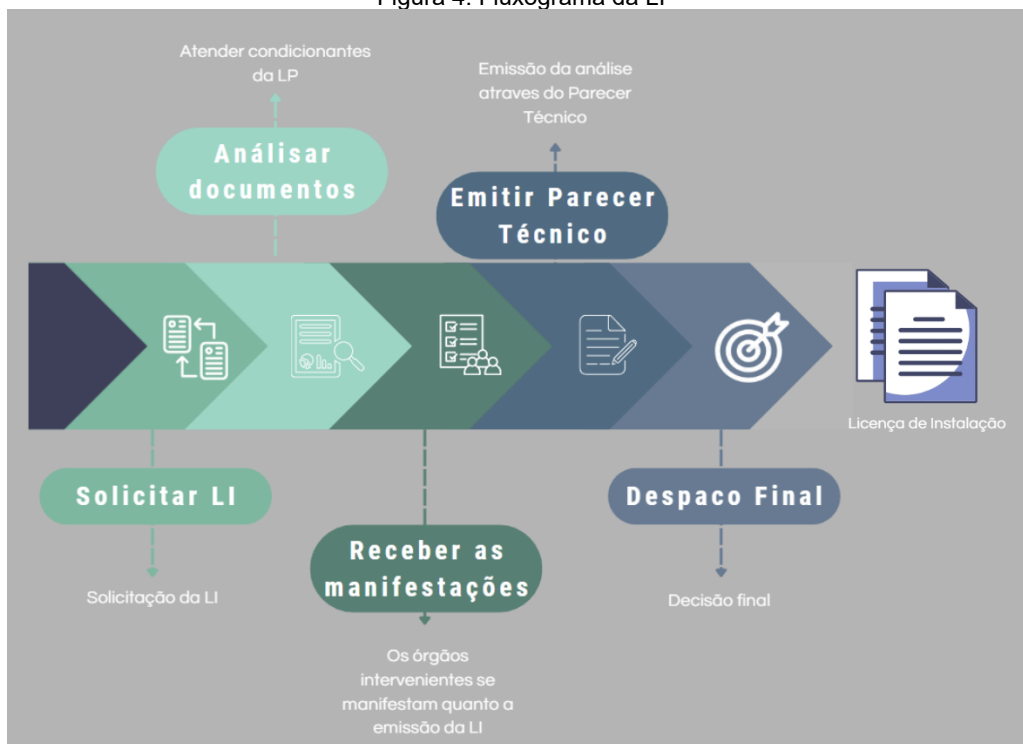
RFP – Request for Proposal Contrato de Prestação de Serviço Processo EAF_26_034

5.12.4. A LI é a licença que autoriza a instalação do empreendimento de acordo com as especificações dos planos, projetos e programas ambientais aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e as demais condicionantes.

5.12.5. Deverá elaborar documentação e realizar o acompanhamento do processo junto ao órgão licenciador e intervenientes, assim como realizar reuniões com os mesmos caso haja necessidade de esclarecimentos (Figura 4.).

5.12.6. Deverá realizar a publicação do requerimento e da emissão da LI, conforme a legislação vigente, sendo os custos de sua responsabilidade.

Figura 4. Fluxograma da LI



5.13. Implementação dos Programas Ambientais

5.13.1. A proponente deverá implementar todos os programas ambientais previstos no estudo aprovado e nas condicionantes das licenças ambientais.

5.13.2. A execução dos programas deverá contemplar ações de gestão ambiental, monitoramento e mitigação dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento.

5.13.3. Deverão ser considerados, entre outros, programas como:

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

- Programa de Controle Ambiental de Obras - PCO: operando em todo período de instalação do cabo terrestre, infraestrutura de passagem e das caixas de passagem, através da presença de 1 (um) técnico ambiental, o qual irá instruir a equipe da obra quanto ao cumprimento das ações preventivas e medidas de controle planejadas, conforme estabelecido no processo de licenciamento ambiental e na legislação vigente, como forma de minimizar possíveis transtornos à população e acidentes no ambiente de trabalho.
- Programa de Educação Ambiental - PEAT: deverá prever no mínimo 1 (um) encontro/sessão de treinamento com os trabalhadores, sobre a prevenção de conflitos socioambientais e geração de “não conformidades” durante as atividades de instalação do cabo terrestre.
- Programa de Gestão de Resíduos - PGRSE: deverá prever no mínimo 1 (um) encontro/sessão de treinamento com os trabalhadores, sobre o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes de forma a garantir o correto manuseio, segregação, armazenamento, transporte e destinação final de tais resíduos.
- Programa de Comunicação Social - PCS: ações de comunicação sobre o empreendimento com partes interessadas, previamente e durante a atividade da instalação do sistema terrestre. Deverá disponibilizar um Sistema de Ouvidoria por e-mail e por telefone, o qual deve entrar em operação antes da campanha de comunicação prévia. Além disso, irá promover encontro com os principais envolvidos da área de influência para desenvolver práticas educativas interligadas à comunicação, atingindo o maior número de pessoas de maneira positiva;
- Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR: deverá prever no mínimo 1 (um) encontro/sessão de treinamento com a tripulação da Plataforma de Implantação e 1 (um) encontro/sessão de treinamento com a equipe que executará as obras de infraestrutura de passagem e das caixas de passagem, ambos em conjunto com o PEAT - Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores. Além disso, previamente e durante as obras nos pontos de aterragem, será realizado check-list para verificação e produção de evidências quanto ao cumprimento das medidas de redução dos riscos identificadas na Análise Preliminar Perigos do programa.
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas- PRAD: deverão ser avaliadas as áreas impactadas no momento de implantação terrestre, seu impacto ambiental, e a eventual necessidade de recuperação de alguma área degradada pela implantação do projeto.

5.13.4. Deverá aplicar os programas ambientais específicos, caso sejam demandados pelos órgãos intervenientes:

- I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, conforme Portaria Interministerial MMA/MJ/MC/MS nº 60/2015.
- II. Ministério da Saúde;
- III. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- IV. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

V. Órgãos estaduais e municipais.

5.13.5. A proponente não deverá se limitar as informações fornecidas nesta RFP, inclusive aos programas ambientais supracitados.

5.13.6. Participar com a equipe da EAF e os subcontratados indicados, na preparação da documentação necessária e adequada de anteprojeto e informações para a obtenção das licenças ambientais. Para isso, deverá entender os aspectos pertinentes as Infovias e de suas etapas de implementação, conhecer, direta ou indiretamente, os locais onde o projeto será realizado e elaborar, orientar ou complementar a documentação existente, com eventuais complementações.

5.13.7. Os custos para aplicação dos programas ambientais serão de inteira responsabilidade da contratada.

5.14. Licença de Operação (LO)

5.14.1. A proponente deverá elaborar relatório técnico comprovando o atendimento das condicionantes das licenças anteriores, no prazo de até 30 (trinta) dias após a conclusão da implantação do empreendimento.

5.14.2. Deverá protocolar o requerimento da Licença de Operação (LO) para o trecho terrestre conforme mencionado na presente RFP, bem como conduzir as tratativas junto ao IBAMA e órgãos intervenientes, sua emissão e atendimento das possíveis condicionantes(Figura 5.).

5.14.3. A publicação da LO será de responsabilidade da contratada, incluindo todos os custos envolvidos.

5.14.4. A PROPONENTE será integralmente responsável pela gestão, manuseio e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados em decorrência da implantação do empreendimento, incluindo, às suas expensas, a coleta, segregação, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte, tratamento e destinação final, em estrita observância à legislação ambiental vigente e em conformidade com o respectivo Programa de Gestão de Resíduos Sólidos do Empreendimento (PGRSE).

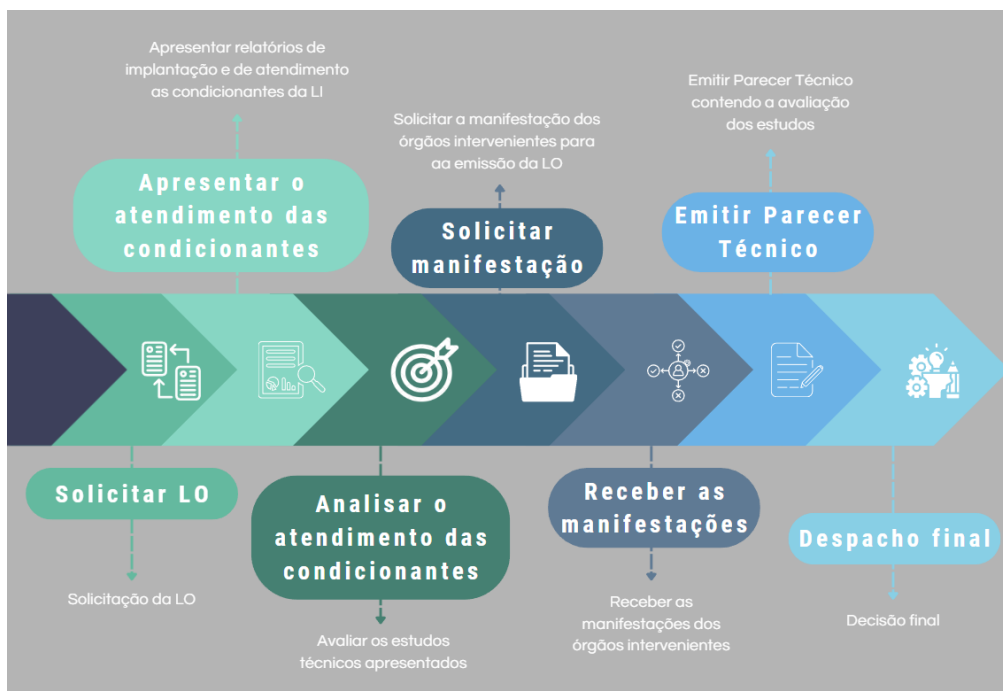
5.14.5. Ao término das atividades, a PROPONENTE deverá apresentar toda a documentação comprobatória da regular destinação dos resíduos, incluindo os devidos registros no SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos, os respectivos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR) emitidos no Sistema MTR Nacional, bem como os certificados, declarações ou comprovantes de recebimento, tratamento e destinação final emitidos por empresas ou unidades devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, ficando a PROPONENTE responsável por todos os custos, encargos, obrigações administrativas e eventuais passivos decorrentes da gestão inadequada desses resíduos.

RFP – Request for Proposal Contrato de Prestação de Serviço Processo EAF_26_034

5.14.6. A proponente não deverá se limitar às informações constantes nesta RFP, sendo responsável por avaliar integralmente as necessidades técnicas e regulatórias para execução do objeto.

5.14.7. Todos os produtos elaborados deverão ser entregues à EAF em formatos digitais editáveis e em versão final (.pdf), incluindo, quando aplicável, arquivos geoespaciais devidamente organizados e compatíveis com os sistemas da contratante.

Figura 5. Fluxograma da LO



6. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO / PAGAMENTO

6.1. Os serviços prestados serão remunerados em 60 (sessenta) dias após o recebimento da nota fiscal, respeitando-se as datas fixas de pagamento estabelecidas pelo Departamento Financeiro da EAF, a serem oportunamente informadas à **CONTRATADA/PROPONENTE**, condicionado à aprovação do gestor, nos termos da Cláusula 6.2 abaixo.

6.2. O gestor do termo de contrato deverá emitir um termo de aceite ou recebimento, atestando execução e aceite do serviço prestado e solicitação da emissão do pagamento referente à entrega prevista.

6.3. Os pagamentos serão efetuados com base na comprovação das entregas e termo de aceite, previstos por fase do respectivo item, conforme previsto na tabela 3:

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

Tabela 3. Plano de pagamento

INFOVIA 05 (TRECHO TERRESTRE)			
FASE	ATIVIDADE	FATURAMENTO POR ATIVIDADE	FATURAMENTO POR FASE
1. Estudo Ambiental Simplificado (EAS)	Elaboração e aceite do EAS	50%	100%
	Anuência dos órgãos intervenientes	50%	
2. Licença Prévia (LP)	Emissão da LP e atendimento das condicionantes	100%	100%
3. Licença de Instalação (LI)	Emissão da LI e atendimento das condicionantes	100%	100%
4. Aplicação dos Programas Ambientais	Aplicação dos programas ambientais	50%	100%
	Relatório de execução dos programas ambientais e aceite	50%	
5. Licença de Operação (LO)	Emissão da LO e atendimento as condicionantes	50%	100%
	Comprovação da destinação final dos resíduos	50%	

6.4. Os preços apresentados deverão incluir todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, e quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre a prestação do serviço, em conformidade com o que dispõe a legislação brasileira.

6.5. A emissão da nota fiscal /nota de débito é condicionada à validação do gestor do termo do contrato na EAF. Nenhuma nota fiscal/fatura poderá ser paga sem autorização do gestor do termo do contrato.

6.6. Os faturamentos a serem realizados pela proponente à EAF deverão ser baseados no efetivamente realizado, bem como deverão ser executados frente aos preços adjudicados durante o processo de compra, e deverão conter o número do processo de compra informado na minuta do termo do contrato .

6.7. A proponente reconhece que eventual contratação não confere qualquer garantia de execução da totalidade das atividades, bem como não lhe confere qualquer garantia de prestação de serviços/fornecimento mínimo(a) à EAF, mas apenas estipula as condições comerciais que serão praticadas entre as partes durante a sua vigência.

6.8. O pagamento será feito exclusivamente mediante transferência bancária na conta corrente de titularidade da proponente/contratada, informada previamente. Em caso de alteração da conta corrente, a contratada deverá comunicar, por escrito, à EAF/contratante,

RFP – Request for Proposal Contrato de Prestação de Serviço Processo EAF_26_034

com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, os dados completos da nova conta corrente (banco, agência e número da conta), sob pena de aceitação do pagamento efetuado na conta anteriormente indicada. Caso a conta corrente anteriormente indicada esteja inativa e a proponente/contratada não houver informado os dados da nova, a EAF/contratante deverá reter o pagamento até que seja regularizada a comunicação, sem qualquer ônus ou penalidade. O comprovante da operação bancária configurará, para todos os efeitos legais, prova inequívoca do cumprimento da obrigação de pagamento da contratante.

6.9. Reajuste: as partes acordam que o valor do termo do contrato será reajustado a cada 12 (doze) meses de vigência, com base na variação acumulada nos últimos 12 (doze) meses do IPCA ou do IGPM, prevalecendo aquele que tiver o menor percentual de variação no referido período.

6.10. A contratada tem pleno conhecimento de que o objeto do presente termo de contrato está relacionado com o projeto de implantação de uma rede de comunicações ópticas na Amazônia para atender objetivos do PAIS (Programa Amazônia Integrada e Sustentável), obrigando-se a (i) não onerá-los; e (ii) em caso de oneração decorrente de determinação judicial, informar, no prazo de 10 (dez) dias, (a) à autoridade judicial sobre a condição dos serviços para mencionado projeto e (b) à contratante as providências adotadas.

7. TERMOS DO CONTRATO

7.1. Minuta contrato: A minuta do contrato acompanha a presente RFP e deverá ser observada pelo(a) PROPONENTE. A PROPONENTE deverá estar de acordo com todo o seu teor.

7.2. Eventuais dúvidas e/ou solicitações de alterações/adequações da minuta em questão devem ser encaminhadas juntamente com a proposta técnica. **Caso contrário entender-se-á que o proponente concorda com todos os termos e condições da minuta contratual apresentada.**

7.3. O envio de Proposta técnica e/ou comercial, sem qualquer ressalva em relação ao teor da minuta padrão da EAF, configurará aceite total e irrestrito aos seus termos, não cabendo qualquer alteração posterior, salvo em razão de necessidades da EAF.

7.4. Língua: O contrato será redigido em português.

7.5. O foro será o da comarca de São Paulo/SP, sendo regido e interpretado de acordo com as leis brasileiras.

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

7.6. Assinatura: referido termo do contrato deverá ser assinado eletronicamente pelas partes antes do início da sua execução, sob pena de, a critério único e exclusivo da EAF, suspender os respectivos pagamentos.

7.7. Alterações escopo: as alterações ou inclusão de novos serviços não previstos nesse termo de contrato ficarão condicionadas à aprovação prévia e expressa da EAF, mediante contrato assinado pelas partes.

7.8. Rescisão: entre outras hipóteses previstas contratualmente, o termo do contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, pela EAF, mediante comunicação escrita, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que tal fato implique obrigação de multa e/ou indenização de nenhuma espécie da EAF à contratada.

7.9. Cessão. A contratada não poderá ceder, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes do termo do contrato, sem a prévia e expressa anuência por escrito da contratante. A contratante, por sua vez, poderá ceder, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes do termo do contrato mediante simples notificação à contratada, sem necessidade de autorização prévia, inclusive, mas sem limitação, para suas controladas, controladoras ou coligadas, bem como para quem o governo federal determinar e/ou vier a atribuir a implementação e/ou operação do projeto de implantação de uma rede de comunicações ópticas terrestre na Amazônia para atender objetivos do PAIS (programa Amazônia integrada e sustentável). O termo do contrato vinculará e reverterá em benefício das partes e seus respectivos sucessores e cessionários autorizados.

7.10. Seguro: a proponente deverá providenciar, nos termos da minuta contratual, seguros obrigatórios por lei, incluindo o seguro de acidentes de trabalho e seguro de vida e acidentes pessoais dos seus colaboradores envolvidos na execução da presente contratação.

7.11. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses ou até conclusão dos serviços contratados e aprovados pela EAF, o que ocorrer antes, a partir da assinatura do contrato.

7.12. Penalidade: conforme minuta contratual.

8. CONFORMIDADE LEGAL / QUALIFICAÇÃO

8.1. A proponente deve cumprir todas as leis, estatutos, portarias, ordens, regulamentos e diretivas estabelecidas pelos governos federal, estadual ou municipal, que sejam vinculativos e aplicáveis ao escopo contratado e que estejam vigentes na data de assinatura do termo do

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

contrato . A aplicação de alterações às referidas exigências governamentais, após esta data, deverá ser avaliada e negociada pelas partes.

8.2. A proponente deve ter estabelecimento registrado no país, comprovado mediante o envio do termo do contrato social registrado no Brasil.

8.3. A **PROponente** deve comprovar na proposta técnica que possui inscrição na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE compatível com seu objeto social, bem como que a contratação pretendida está compreendida no objeto social e no CNAE da proponente, mediante o envio do termo do contrato social e do respectivo CNPJ e da indicação do CNAE entendido pela proponente como adequado. Referida comprovação deve ser feita por meio de cópias de registros, documentos e comprovantes relacionados à classificação de atividades, de forma clara, precisa e objetiva. Qualquer falsificação, imprecisão ou omissão nas informações fornecidas pela proponente constituirá motivo para desclassificação da proponente ou, se verificada posteriormente, violação contratual, medidas judiciais e eventuais perdas e danos.

8.4. Objetivando garantir a integridade e imparcialidade dos processos de compras, bem como a ausência de conflitos de interesse, a EAF informa que, é incompatível com a contratação pretendida a participação na presente concorrência de proponentes adjudicadas pela EAF em processos anteriores que, por algum motivo, sejam conflitantes em relação ao presente processo. A proponente reconhece que qualquer violação ao exposto poderá resultar em desclassificação da proponente ou, se verificada posteriormente, violação contratual, medidas judiciais e eventuais perdas e danos.

8.5. A proponente deve comprovar na proposta técnica estar regular com o fisco federal, estadual e municipal, mediante o envio das certidões dos respectivos órgãos.

8.6. A comprovação do atendimento dos itens “8.2.”, 8.3.” E “8.5.” Deverá ser feita de forma documental e a comprovação dos itens “8.1.” E “8.4” de maneira declaratória, em arquivo específico denominado “conformidade legal”.

8.7. Os itens acima são qualificatórios e definirão o prosseguimento da proponente no processo em questão.

9. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

9.1. A empresa participante desta RFP deverá anexar à sua proposta técnica, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, bem como o respectivo contrato já concluído, devidamente comprovado por meio de Atestado de Recebimento dos Serviços emitido pelo

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

cliente. Tal documentação deverá comprovar a experiência da empresa na execução de objeto similar, especialmente em atividades envolvendo cabos terrestre.

9.2. A comprovação de experiência é requisito obrigatório para participação no processo seletivo desta RFP, sob pena de desclassificação do proponente.

9.3. Adicionalmente, a empresa deverá apresentar a relação dos profissionais especializados que compõem a equipe multidisciplinar, devidamente capacitada para a obtenção e renovação de licenças e demais documentos necessários junto aos órgãos ambientais.

10. INFORMAÇÕES GERAIS

10.1. Todo e qualquer eventual custo relacionado ao desenvolvimento desta rfp será de inteira responsabilidade da proponente, não tendo a eaf, em nenhuma circunstância, responsabilidade sobre estes custos e/ou outros dele decorrentes, direta ou indiretamente, bem como não caberá nenhum tipo de ressarcimento ou reembolso pela EAF.

10.2. A EAF não se obriga a contratar o objeto da presente RFP podendo desistir da contratação a qualquer momento sem qualquer justificativa.

10.3. A EAF se reserva ao direito de modificar as condições gerais descritas nesta RFP, nos eventuais documentos futuros de RFP e contrato, entre outros.

10.4. A EAF poderá, a qualquer momento e por qualquer motivo, suspender, interromper, invalidar, encerrar ou revogar a RFP, sem que caiba à proponente indenização e/ou ressarcimento de qualquer espécie e a qualquer título.

10.5. Será permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços objeto da RFP, mediante autorização prévia da contratante, porém a obrigação e responsabilidade pelos prazos e qualidade do serviço prestado será sempre da parte da contratada, que deverá garantir que qualquer terceiro siga todas as regras determinadas pelas partes, observadas todas as disposições contratuais.

10.6. Caso a proponente tenha conhecimento de eventual conflito de interesses, deverá reportar na respectiva proposta (para avaliação pela área de compliance da EAF antes da contratação) ou declinar da presente RFP.

10.7. Ao participar da RFP, o(a) proponente declara que:

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

- I. Está de acordo com todos os termos e anexos da presente RFP, inclusive, mas sem se limitar aos termos da minuta do contrato;
- II. Não possui direito adquirido à contratação, sendo facultado à EAF o exercício da prerrogativa de suspender, interromper, invalidar ou revogar a RFP;
- III. Ainda que apresente a melhor proposta, não possui direito adquirido à contratação;
- IV. Não há qualquer conflito de interesse na sua participação à presente concorrência;
- V. Estar ciente de que a inobservância de uma ou mais exigências aqui previstas, poderá ensejar sua desclassificação;
- VI. Tem pleno conhecimento de que o objeto da presente RFP está relacionado com o projeto de implantação de uma rede de comunicações ópticas na Amazônia para atender objetivos do PAIS (Programa Amazônia Integrada e Sustentável), obrigando-se a, quando e se necessário, efetivar a cessão/transferência do objeto ora contratado, total ou parcialmente, para quem e se a contratante indicar, de acordo com o determinado pelo governo federal;
- VII. Tem pleno conhecimento do conteúdo desta RFP e aceita, incondicionalmente, os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

10.8. A eventual adjudicação do objeto ao proponente no presente processo de concorrência, tem função unicamente classificatória, que deve ser observada pela EAF, se optar pela celebração do contrato.

10.9. A assinatura do contrato está condicionada à adjudicação da proponente, contudo, a adjudicação não lhe confere direito à efetiva contratação e, conseqüente, à assinatura do contrato, podendo a EAF decidir pela revogação do processo/não celebração do contrato, por conveniência e oportunidade ou em decorrência de alterações nas políticas públicas relacionadas ao escopo do edital nº 01/2021/ANATEL, sem que caiba ao adjudicado qualquer direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

11. PROPRIEDADE INTELECTUAL

11.1. A proponente reconhece que a EAF é a titular exclusiva de todos os direitos de propriedade intelectual oriundos do objeto contratado, incluindo, mas sem limitação, os direitos autorais. Desta forma, a execução do objeto contratado não lhe confere quaisquer direitos sobre os mesmos, uma vez que o objeto contratado pertence exclusivamente à EAF e apenas esta poderá dispor deste da forma que lhe convir.

11.2. A proponente expressamente cede e transfere, em favor da EAF, todo e qualquer direito relativo ou decorrente do objeto contratado, cabendo apenas à EAF utilizá-los ou cedê-los a

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

terceiros, de acordo com a sua livre conveniência, sem a necessidade de qualquer pedido de aprovação ou pagamento adicional.

11.3. As partes reconhecem e concordam que a EAF não transfere à proponente qualquer direito de propriedade intelectual relativo ao objeto contratado anteriormente detidos por ela.

11.4. Fica vedado à proponente agir ou assumir obrigações de quaisquer naturezas em nome da EAF, a utilizar-se da marca e/ou nome e logotipo da EAF, ou ainda de valer-se de qualquer direito desta relacionado à propriedade intelectual, a menos que expressamente autorizada, por escrito, pela EAF.

11.5. A proponente garante à EAF o objeto contratado contra qualquer ônus, garantia ou direito de terceiro que possa impedir ou prejudicar a posse e o uso pela EAF, bem como que seu uso não viola direitos de propriedade intelectual de terceiros e que o objeto contratado não demanda qualquer licença de uso de alguma propriedade intelectual da contratada ou de terceiros, seja de patente, desenho industrial, software ou outro direito. Caso a contratada descumpra essa garantia, caberá exclusivamente a ela assegurar à EAF que a ela terá a licença de uso dessa propriedade intelectual, durante todo o período de vida útil do objeto contratado, sem prejuízo dos direitos da EAF e decorrentes do inadimplemento contratual.

11.6. Garantir que os direitos de propriedade intelectual, direitos de imagem e direitos autorais sobre os diversos pacotes de trabalhos produzidos ao longo do termo do contrato pertençam à EAF e sua sucessora, incluindo toda a documentação preparada e submetida aos órgãos e entidades envolvidas, informações solicitadas, pareceres, modelos de dados coletados e apresentados, bases de dados utilizadas, justificando os casos em que isto não se aplicar, parcial ou totalmente.

12. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1. A proponente deverá possuir política apropriada de proteção de dados em conformidade com as leis aplicáveis, incluindo a lei geral de proteção de dados pessoais (Lei 13.709/2018) e assegurar que toda a informação pessoal coletada seja devidamente tratada.

13. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

13.1. A análise da proposta será feita considerando aspectos técnicos e de qualidade e aspectos financeiros.

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

13.2. As propostas que atenderem às instruções e aos requisitos passarão por uma análise completa e objetiva.

13.3. Para que sua oferta seja considerada, as propostas técnica e comercial deverão ser enviadas exclusivamente para a área de compras EAF, direcionada ao e-mail do comprador, na data descrita no corpo do e-mail dessa RFP.

13.4. Propostas recebidas fora do prazo solicitado poderão ser desclassificadas, bem como a inobservância de uma ou mais exigências nela previstas poderá ensejar a desclassificação da proponente.

13.5. Somente serão consideradas aptas e/ou qualificadas tecnicamente as propostas (técnica e comercial) com especificações técnicas, para subsidiar a análise. A documentação deverá ser clara, precisa, completa e original, devendo abranger todos os itens componentes do objeto a ser adquirido.

13.6. A proponente deverá enviar separadamente a proposta comercial e a proposta técnica, de acordo com a solicitação do comprador designado.

13.7. A EAF poderá, a qualquer momento e por qualquer motivo, encerrar o processo desta RFP sem que caiba aos interessados indenização e/ou ressarcimento de qualquer espécie e a qualquer título.

13.8. A EAF avaliará as respostas das propostas usando uma equipe multifuncional, incluindo membros que representam as áreas técnica e de compras.

13.9. A tomada de decisão será efetuada pela área de compras da EAF após análise dos requisitos qualificadoros, e, sendo o caso, da validação da proposta técnica pela área gestora da EAF.

13.10. A PROPONENTE deverá enviar separadamente a proposta comercial e a proposta técnica, de acordo com a solicitação do Comprador designado.

13.11. As propostas técnica e comercial apresentadas deverão contemplar as atividades e cronograma, quando da precificação dos itens que irão compor a parte comercial. A empresa participante deverá declarar em sua proposta que atende a cada um dos requisitos desta RFP.

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

13.12. A proposta técnica terá peso de 60% (sessenta por cento), considerando todos os itens previsto abaixo.

a) Técnica:

10% - Apresentar relação dos profissionais especializados que compõem a equipe multidisciplinar capacitada para a obtenção e renovação de licenças e outros documentos necessários junto aos órgãos ambientais;

20% - Atender aos requisitos previstos no Item 5. Descrição dos Serviços;

30% - Apresentar documentação prevista no item 9. Documentação Técnica.

13.13. A proposta comercial, com peso de 40% (quarenta por cento), levará em consideração o atingimento ou não do target do Processo de Compras, conforme definido pela área de Compras.

b) Comercial:

35% - Preço;

5% - Condições de Pagamento.

13.14. A mera declaração sem a devida comprovação periódica poderá ser entendida como declaração falsa por parte da Proponente/Contratada, autorizando a EAF a: rescindir o contrato, adotando as medidas legais e judiciais cabíveis em face da empresa; e adjudicar, imediatamente, a proposta da segunda colocada, pelo preço e condições informados por ela na época, em estando a empresa de acordo.

13.15. A apresentação das propostas pela Proponente implica a aceitação tácita de todos os termos e condições estabelecidas neste processo, à minuta de Contrato e aos termos desta RFP. O envio de proposta elimina a possibilidade de debates ou solicitações de alterações na minuta contratual, sendo que as propostas deverão ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento pela EAF.

13.16. A proposta deverá contemplar todos os impostos, taxas e custos intrínsecos à realização das atividades de equipe própria e de terceiros subcontratados.

14. REQUISITOS DA PROPOSTA TÉCNICA

14.1. Deverá ser apresentada proposta com especificações técnicas, para subsidiar a análise.

14.2. A proposta técnica deverá considerar o atendimento ou não de cada item técnico.

14.3. A comprovação do atendimento de cada item técnico deverá ser feita de forma documental, devendo a proposta técnica ser instruída com a documentação pertinente.

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

14.4. A proponente deve incluir na proposta técnica como irá atender o projeto em termos de recursos, devendo assim informar a quantidade de recursos que serão alocados para cada projeto e suas respectivas áreas de atuação e responsabilidade. Caso a proposta técnica não contenha estas informações, não será analisada.

14.5. A proposta técnica deverá conter esta segmentação de fases com o detalhamento de todas as suas atividades e cronograma macro, assim como os prazos previstos dos entregáveis. Na tabela 2 as expectativas de prazos máximos das fases da RFP, de forma a não comprometer os demais prazos de implantação das infovias, incluindo o lançamento do cabo em período específico de vazão do rio.

14.6. A empresa participante desta RFP deverá explicitar o atendimento de cada requisito em sua totalidade, ou se não for possível na totalidade, explicar a razão do não atendimento.

14.7. A empresa participante da RFP deverá apresentar em sua proposta técnica o perfil dos profissionais alocados diretamente nas atividades do projeto e suas atribuições em cada etapa dos serviços prestados. Este detalhamento será item importante na avaliação técnica da proponente. Enviar currículo acadêmico e profissional dos integrantes da equipe, respeitando a lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD), incluindo aqueles com cadastro técnico federal (CTF).

14.8. A empresa participante deverá estar em dia com o atendimento a todos os requisitos legais e fiscais pertinentes, antes do início dos serviços, incluindo taxas sindicais de seus profissionais alocados e designados.

14.9. Será permitida a subcontratação de profissionais especializados, conforme previsão contratual, havendo maior avaliação técnica para profissionais próprios que agregam experiência ao portfólio de serviços da empresa, cabendo à proponente indicar esse item na proposta técnica.

15. REQUISITOS DA PROPOSTA COMERCIAL

15.1. O PROPONENTE deverá apresentar planilha de preços de todos os itens contemplados na presente RFP e em seus anexos.

15.2. A proposta deverá contemplar todos os impostos, taxas e custos intrínsecos à realização das atividades de equipe própria e de terceiros subcontratados.

15.3. A proposta comercial levará em consideração o atendimento do target conforme definido pela área de compras.

RFP – Request for Proposal
Contrato de Prestação de Serviço
Processo EAF_26_034

16. DATA PARA ENVIO DE DÚVIDAS SOBRE ESTE BRIEFING

Será definida pela área de compras da EAF conforme e-mail de abertura e publicação da RFP.

17. GESTOR DO TERMO DO CONTRATO

Nome: Luis Flavio Collares Machado

18. E-MAIL PARA CONTATO

compras@eaf.org.br

19. CRONOGRAMA ESTIMADO

AÇÃO	ESTIMATIVA DE DATAS		HORÁRIO MÁXIMO	RESPONSÁVEL
	DATA INÍCIO	DATA FIM		
Publicação RFP ao mercado	14/05/2026	14/05/2026	18:00	Compras
**Confirmação de participação neste processo e envio da Carta Cadastro preenchida	15/05/2026	19/05/2026	18:00	Fornecedor
Envio de perguntas à EAF/Compras	20/05/2025	21/05/2026	18:00	Fornecedor
Envio de respostas ao fornecedor	22/05/2026	26/05/2026	18:00	Compras
Envio de propostas técnica e comercial à EAF	27/05/2025	29/05/2025	18:00	Fornecedor

20. INDICAÇÃO DE CENTRO DE CUSTO PARA O PROCESSO

Centro de custos:

34005 – Infovia 05 (Terrestre)